

## Assembleia geral

# Judicialização é aprovada e fica subordinada à negociação com o reitor. Indicativo é manter a greve e aguardar reunião

Cerca de 60 filiados, oriundos de 14 *campi* da Unesp, participaram da Assembleia Geral do Sintunesp, realizada nesta quinta-feira, 22/9, em São Paulo. A pauta contava com dois itens centrais:

- 1) Alterações Estatutárias aprovadas no X Congresso dos Trabalhadores da Unesp.
- 2) Debate e definição sobre judicialização do dissídio de data-base 2016.

Antes que se iniciassem as discussões e votações, foi feito um esclarecimento sobre dois pontos:

- Embora o tema da judicialização tenha sido discutido na maior parte das assembleias de base – algumas favoráveis e outras não – qualquer decisão formal só pode ser tomada em assembleia geral, como exigem os requisitos legais.

- Na assembleia geral, também por exigência legal, só podem votar os filiados ao Sindicato.

O coordenador político do Sindicato, Alberto de Souza, informou que, na véspera, cumprindo o indicati-

vo aprovado na plenária conjunta de 17/8, uma comitiva com representantes do Sintunesp e da Adunesp reuniu-se com o vice-reitor, professor Eduardo Kokubun, e com o pró-reitor de Administração, professor Carlos Antonio Gamero. A intenção inicial era que a reunião ocorresse com o reitor – que havia se comprometido a receber as entidades em setembro, após a divulgação da arrecadação do ICMS de agosto – mas isso não foi possível, pois o professor Julio Cezar Durigan está em viagem ao exterior.

Na reunião com Kokubun e Gamero, que também contou com a presença de assessores da reitoria, foi informado que a arrecadação de agosto superou levemente o previsto, mas que o total dos oito meses continua abaixo do esperado. Os representantes das entidades voltaram a questionar alguns números que aparecem nos portais da Universidade e no SIAFEM como “Receitas próprias da Universidade”. Sobre isso, ficou acertado que as dúvidas seriam formalizadas em ofício no mesmo dia e respondidas no dia seguinte. O ofi-





cio foi feito pelas entidades e enviado à reitoria no final da tarde de 21/9. No mesmo dia, foi enviado novo ofício solicitando reunião com o reitor Durigan para o dia 26/9 ou, no mais tardar, 27/9.

Depois destes informes, teve início o debate do primeiro item, culminando com a aprovação de que seja inserida no estatuto do Sindicato a alteração estatutária definida no último congresso da categoria. Trata-se do item que define como quadrimestral a periodicidade das reuniões do Conselho Fiscal do Sindicato.

Em seguida, passou-se ao debate sobre a judicialização, que contou com a presença do advogado José Francisco, da Assessoria Jurídica do Sintunesp. Ele voltou a enfatizar que a Unesp conta com uma situação peculiar, que é a existência de dois regimes jurídicos distintos como forma de contratação, o estatutário e o celetista, o que demandaria ingresso em alçadas diferentes, respectivamente, o Tribunal de Justiça e o Tribunal do Trabalho. Também ponderou que é difícil prever que tipo de decisão pode derivar de uma ação como essa e o tempo em que isso ocorrerá.

Os diretores do Sintunesp também repassaram aos presentes a informação de que a ação impetrada pelo Sintusp tem audiência de julgamento marcada para 28/9. Inicialmente, o Sintusp questionou apenas o desconto dos dias parados, determinado pelo reitor Marco Antonio Zago, mas a questão salarial também acabou entrando em pauta.

Ao final do debate, foi aprovada a judicialização do dissídio, com os seguintes condicionantes:

. Se a reunião com o reitor não resultar em proposta nenhuma, o Sindicato ajuizará a ação na sequência.

. Se houver alguma proposta, será submetida às assembleias de base. No caso de rejeição a esta eventual proposta, o Sindicato ajuizará a ação na sequência.

### **Manter o movimento**

Após o encerramento dos itens previstos na pauta da assembleia geral, os presentes passaram a dar informes sobre o movimento de greve nas unidades, sendo aprovados os seguintes indicativos:

- 1) Manutenção da greve, no aguardo de nova reunião com o reitor (26 ou 27/9).
- 2) No dia da reunião, que as unidades que não estão em greve realizem 24 horas de paralisação.
- 3) Rodada de assembleias de base nos três dias subsequentes à reunião, para avaliar os resultados.

A fala de todos na assembleia mostrou que continua forte a indignação com a postura da reitoria da Unesp: arrocho nos salários; não contratação de professores e servidores, precarizando cada vez mais as condições de trabalho; suspensão da carreira de ambas as categorias; ensaio de ataques inaceitáveis, como o corte do auxílio alimentação.

Ou seja, após passar décadas negando a necessidade de mais recursos para garantir a ampliação de *campi*, cursos e vagas na Universidade, nossos dirigentes continuam apostando na “solução” de descarregar sobre a comunidade o ônus da propalada crise.

A avaliação majoritária é que as razões que nos levaram à greve permanecem na ordem do dia.

***A luta prossegue: Em defesa da universidade pública, contra o arrocho salarial, por isonomia, contra o corte de direitos, retorno das carreiras e contratações emergenciais!***